

Por Ângelo Oswaldo de Araújo Santos*



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto

Uma POLÍTICA PÚBLICA para o patrimônio cultural

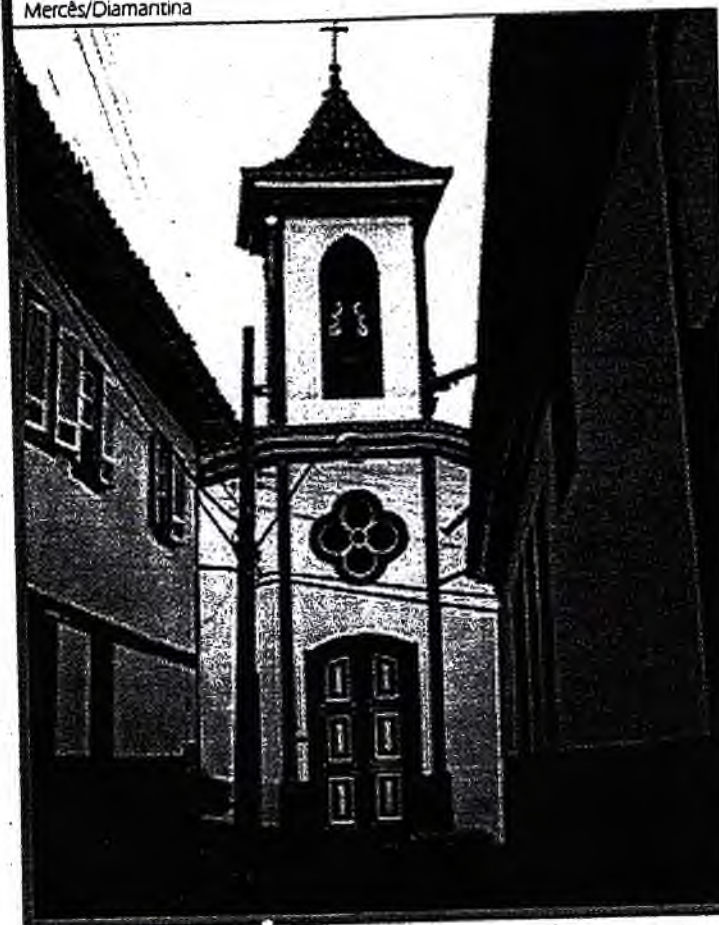
As práticas de proteção e conservação do patrimônio cultural generalizam-se na atualidade brasileira. Tornam-se metas de importantes iniciativas, no quadro estatal e no campo privado, estimulando, na esfera pública, uma visão cada vez mais objetiva dos desafios. Não mais se vê a salvaguarda de patrimônio como obrigação exclusiva do poder executivo, tampouco se sublinham marcas de alegado intervencionismo autoritário em manifestações que competem, de ofício, ao aparelho governamental. A letra da Constituição de 5 de outubro de 1988 traduz a obrigação de todos e cada um dos cidadãos no que se refere a patrimônio cultural, seja constituído de bens materiais, imateriais ou naturais.



Se monumentos isolados demandam cuidados especiais, e seu entorno requer tratamento compatível, o centro urbano e sua inserção na paisagem natural pedem planejamento, organização e disciplina. A obra de arte é a cidade.

O Ministério Público passou a ter papel de decisiva conseqüência, ao se tornar parceiro da proteção desses bens. Em cada comarca, o promotor de Justiça é o curador dos interesses difusos, pelo que lhe compete a tutela do patrimônio cultural e natural, onde quer que apresente risco ou sofra atentado. Ao lado da rica jurisprudência conquistada em mais de sete décadas de recursos interpostos pelo IPHAN, a atuação do Ministério Público aparece agora como sinal de que, junto aos tribunais do país, a cultura tem no promotor o me-

Igreja Nossa Senhora das Mercês/Diamantina



lhor advogado de defesa com o qual poderia contar.

Mudam-se tempos e vontades. A resposta sócioeconômica ensejada pela moderna indústria do turismo é um dos fatores que estimulam a rápida mudança. As comunidades detentoras de bens patrimoniais passam a auferir vantagens com a valorização de seus acervos, e o turismo gera empregos que, de outra forma, continuariam inexistindo no contexto iluminado pelo brilho de seus atrativos culturais. Descobre-se a dimensão econômica da herança cultural, por tanto tempo subtraída ou relegada.

Apesar dessa larga abrangência, no plano das mentalidades e comportamentos e no espaço econômico-financeiro, ainda são tímidos os orçamentos destinados ao setor, nas três órbitas da Federação. Faltam verbas para numerosos projetos de restauro, revitalização e uso adequado do acervo edificado. Em Minas Gerais, a legislação tributária inclui um mecanismo que favorece políticas municipais de patrimônio cultural. Agregam-se pontos ao valor fiscal com que cada qual dos 853 municípios do Estado se credencia à sua cota parte no bolo do ICMS que lhes é destinado. Com isso, cerca de 400 prefeituras contam, hoje, com uma política pública que inclui conselho municipal, tombamentos, investimentos em obras e educação patrimonial.

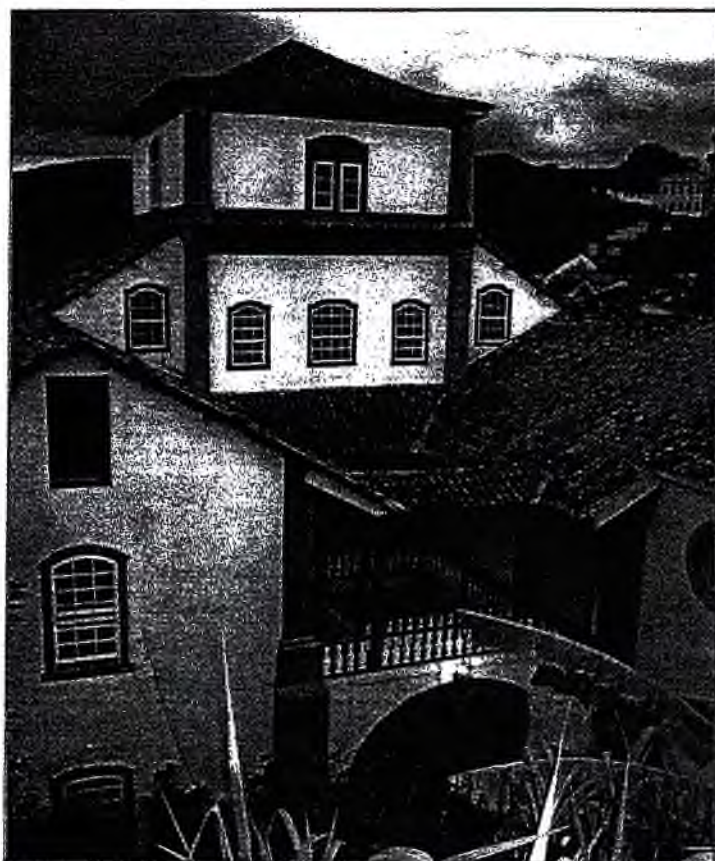
Incentivadas pelo benefício, as administrações locais passaram a conferir atenção a um desempenho que sempre lhes parecera adstrito ao IPHAN ou, quando muito, ao organismo estadual congênere, no nosso caso o IEPHA. Está aí exemplo que merece ser adotado, na perspectiva federal. Muito se especulou sobre a possibilidade de se obter algo similar junto ao Fundo de Participação de Municípios.



O Ministério da Cultura, no conjunto de vertentes da Lei Federal de Incentivo, ainda não viabilizou apoio mais expressivo ao envolvimento das prefeituras, embora o Programa Monumenta, com recursos da União, do BID e dos municípios, seja experiência com algum resultado encorajador, em quase dez anos de arrastado desenrolar.

Disponibilizar recursos é tarefa urgente. O Ministério da Cultura tem visto serem contingenciadas as dotações de que poderia se valer, em termos de realizações essenciais à correta conservação dos bens postos sob sua proteção, por meio do tombamento federal. Por outro lado, o Ministério do Turismo procura alocar recursos novos nessa área, e é fundamental que os esforços sejam reunidos em favor de conseqüências positivas mais rápidas. Não se pode desenvolver o turismo nos sítios históricos se os monumentos clamam por providências sempre postergadas. Os visitantes acabariam por difundir uma imagem negativa de atrações deterioradas, e o tiro sairia pela culatra. É oportuno frisar que o Ministério da Fazenda assume uma posição de exemplaridade, na administração federal, ao manter um centro cultural dinamicamente ativo na Casa dos Contos, em Ouro Preto. Um dos mais belos testemunhos da arquitetura colonial brasileira tem uso e conservação admiráveis.

É necessário, simultaneamente, que se consolide o entendimento de que o espaço urbano é o principal patrimônio cultural de uma cidade. Se monumentos isolados demandam cuidados especiais, e seu entorno requer tratamento compatível, o centro urbano e sua inserção na paisagem natural pedem planejamento, organização e disciplina. A obra de arte é a cidade. Não se trata de paralisá-la no tempo e no espaço, mas de se adequar seu processo de transformações a



Casa dos Contos - fundos

[...] o Ministério da Fazenda assume uma posição de exemplaridade, na administração federal, ao manter um centro cultural dinamicamente ativo na Casa dos Contos, em Ouro Preto. Um dos mais belos testemunhos da arquitetura colonial brasileira tem uso e conservação admiráveis.

uma harmonia que jamais deve ser rompida ou perturbada. Nessa direção, há todo um esforço que passa pelas modernas legislações ligadas ao urbanismo, bem como pela criação do Ministério das Cidades. Compreende-se, com mais clareza, que proteger patrimônio não é apenas restaurar um ou outro edifício, especialmente templos do período colonial, mas, sobretudo, praticar uma política de valorização da cidade e seu espaço, sua paisagem e marcas identitárias.

O núcleo urbano é uma arena de conflitos. Alarga-se a percepção de que



a cidade brasileira sofreu, nos últimos trinta anos, os mais variados tipos de agressão, num fenômeno que resulta no aumento dos índices de violência em todas elas. Descaracterizadas e aviltadas em sua estética, as cidades se tornaram morada da violência porque violenta é a imagem visual que oferecem a seus habitantes. Tendo crescido de maneira equivocada, é no planejamento e na disciplina que podem recuperar o caminho da paz social, na moldura de uma paisagem reconciliada com o olhar de seus habitantes.

Descaracterizadas e aviltadas em sua estética, as cidades se tornaram morada da violência porque violenta é a imagem visual que oferecem a seus habitantes.

As questões interligadas de patrimônio cultural e planejamento urbano podem, assim, contribuir para o combate à violência, incidindo na elevação da qualidade de vida. Tornam-se essenciais para que se possa alcançar a cidadania, no quadro de uma sociedade participativa, que se reconhece detentora de uma herança e beneficiária de sua expressão cultural. Por meio da educação, é possível despertar na comunidade o interesse por tais temas. É o que se constata nos programas de educação patrimonial, como o que se realiza na Prefeitura de Ouro Preto, visando o engajamento dos alunos, professores e

Escultura -
Santuário Bom
Jesus de
Matóznhos/
Congonhas



(*) Ângelo
Oswaldo de
Araújo Santos é
prefeito de Ouro
Preto; foi
presidente e
conselheiro do
IPHAN - Instituto
Interno da Cultura
e secretário de
Estado da Cultura
de Minas Gerais



Altar da Capela Nossa Senhora do Rosário/Ouro Preto

familiares no compromisso permanente com as responsabilidades da preservação dos bens culturais, a facilitação do acesso e a alegria de sua fruição.

O desafio do patrimônio deve perpassar uma política pedagógica local. Não se deseja um simples escaninho para essa matéria. Patrimônio precisa estar presente na sala de aula, e para além de suas paredes, como uma preocupação predominante, por meio da qual todos se informam e se esclarecem a respeito de identidade pessoal e social, pertencimento, memória e história, direitos humanos e cultura.

Uma política pública de preservação de patrimônio há de ser o alvo principal dos que militam nas áreas de cultura, educação, meio ambiente e direito. Fronteiras e limites devem ser abolidos, a fim de que se aprofunde uma nova atitude cidadã dos brasileiros. Governo e sociedade, em plena sintonia com o dispositivo constitucional, devem assegurar a proteção e a utilização do que recebemos da história com a obrigação de transmitirmos esse legado ao futuro do planeta.

O desafio do patrimônio deve perpassar uma política pedagógica local. Não se deseja um simples escaninho para essa matéria. Patrimônio precisa estar presente na sala de aula.